

PROJETO ATLAS TOPONÍMICO DE PORTUGAL: INFORMES INICIAIS, CRITÉRIOS. RECORTE: PROJETO VARIANTES LEXICAIS NA TOPONÍMIA PORTUGUESA. A QUESTÃO DO GENÉRICO.

Patricia de J. Carvalhinhos (USP)

Introdução.

Esta comunicação objetiva dar notícias de um projeto em curso cuja abordagem toponímica oferece, indubitavelmente, inegáveis contribuições aos estudos de léxico em geral. Apesar de existirem divergências epistemológicas entre alguns autores sobre o *status* da toponímia dentro das ciências da linguagem (alguns autores conferem-lhe *status* de ciência autônoma; no Brasil consideramo-la disciplina científica), suas relações estreitas com o léxico em geral são claras, ainda que os nomes de lugares tenham especificidades que lhe conferem a característica de fósseis linguísticos, particularizando-os em relação ao léxico comum.

Este trabalho obedece ao roteiro da comunicação homônima. Primeiramente, sob o título “Notícias do Projeto ATPor”, expõe-se a primeira necessidade observada ao início do projeto: o estabelecimento de critérios metodológicos específicos. Surgiu, assim, um subprojeto (em andamento) intitulado **Variantes Lexicais na Toponímia Portuguesa. A questão do genérico**¹, nascido da necessidade de delimitação e estabelecimento de critério metodológicos de coleta e tratamento inicial dos dados do projeto ATPor. Por ser o atual projeto em andamento, fixa-se nele nosso interesse e objeto inicial de pesquisa, aqui apresentado de maneira breve e sem açambarcar todos os dados já obtidos até o momento.

Por fim, com o objetivo de apresentar alguns dados relevantes em termos de frequência de genéricos e sua distribuição em Portugal Continental, expomos um recorte dos genéricos ora encontrados no levantamento da toponímia portuguesa, fixando-nos apenas na vertente hidrográfica.

1. Projeto Atlas Toponímico de Portugal: Notícias

O projeto Atlas Toponímico de Portugal nasceu como decorrência de alguns fatores de minha vida acadêmica. Inicialmente envolvida com toponímia brasileira, minha pós-graduação possibilitou o contato com a toponímia de Portugal, fartamente estudada por autores como José Leite de Vasconcellos e Joseph Marie Piel até os anos 80 do século passado, ainda que carecesse de um plano sistemático de estudos.

Constatada a variedade de fenômenos linguísticos presentes na toponímia de Portugal, caracteristicamente arcaica por contar com uma estratificação linguística sucessiva desde o período pré-romano, o contraste com a toponímia brasileira não foi possível em larga escala e exaustivamente, apenas exemplificativamente. Foi desse modo que a inicial perspectiva contrastiva deu lugar ao estudo e análise exclusivos da toponímia de Portugal.

Ainda que a toponímia portuguesa tenha sido foco de estudos durante o século XX em Portugal (sobretudo em sua primeira metade), há de se ressaltar que sua característica principal sempre foi a de ciência ou disciplina auxiliar². Portugal carece, pois, de estudos sistematizados em termos de toponímia enquanto disciplina linguística. Assim sendo, a proposta de um Atlas Toponímico, mesmo ambiciosa, é uma iniciativa pautada na tentativa de reunir elementos regionais (inicialmente continentais e em seguida insulares) que progressivamente formem um quadro da toponímia portuguesa atual, sem perder de vista a diacronia. É um projeto a ser desenvolvido a longo prazo que se segmenta naturalmente em vários outros subprojetos menores os quais, articulados, constituirão o panorama final.

O objetivo geral do ATPor é analisar, do ponto de vista da teoria e método da onomástica, os sucessivos estratos linguísticos presentes no território e os topônimos de fronteiras das zonas linguísticas.

¹ *Genérico* é um termo técnico utilizado (não apenas no Brasil) para indicar, *grosso modo*, o elemento geográfico que recebe a denominação. É parte do que Dick (1990) denominou *sintagma toponímico*: o genérico, em relação de simbiose com o topônimo, forma uma unidade cuja relação entre seus membros é **biunívoca. Cf. item 2 e nota de rodapé 4.**

² Leite de Vasconcellos, filólogo, etnógrafo e grande pensador (seus interesses eram bem ecléticos) usou a toponímia como auxiliar de seus estudos nas referidas disciplinas; Joseph Marie-Piel elegeu para recorte de seus estudos a zona do noroeste peninsular, focando, claramente, o Portugal suevo e a influência germânica na língua e na toponímia. Muitos historiadores (inclusive os chamados “historiadores locais”) se valem da toponímia para atestar a antiguidade de determinada cidade / localidade. Atualmente observa-se uma quantidade não expressiva de estudos isolados, em sua maioria sem relação entre si.

Dentre os objetivos específicos do projeto destacam-se: 1) determinar o traçado do sistema toponímico português; 2) tratar, na esfera linguística, quais processos e fenômenos morfológicos caracterizam os nomes de lugar; e 3) identificar tempo médio de formação e filiação linguística dos topônimos portugueses, contribuindo para estudos de filologia e dialetologia portuguesa.

Antes de iniciar os estudos regionais (que vinham seguindo paralelamente, por distrito e respeitando a divisão concelhia) fez-se necessária a reflexão sobre várias questões atinentes à constituição de um Atlas toponímico, assim como é indispensável a definição de critérios claros, objetivos e atualizados para a coleta e tratamento dos dados. Essa reflexão passa pela geografia, terminologia e linguística geral, uma vez que se estão revendo conceitos já consagrados na disciplina toponímica como *sintagma toponímico*, *genérico*, *signo toponímico*, entre outros. A elevada quantidade de topônimo a serem tratados e analisados corroborou para o estabelecimento do recorte, como mostra a tabela 1, resultado inicial dos levantamentos realizados até agora:

DISTRITO	TOTAL DE TOPÔNIMOS
Aveiro	5.691
Beja	13.131
Braga	12.249
Bragança	9.115
Castelo Branco	9.847
Coimbra	8.853
Évora	8.675
Faro	7.627
Guarda	9.620
Leiria	6.950
Lisboa	7.298
Portalegre	6.464
Porto	9.771
Santarém	9.100
Setúbal	6.388
Viana do Castelo	6.674
Vila Real	8.809
Viseu	9.685
TOTAL GERAL	155.947

Tabela 1. Total de topônimos em Portugal continental.

O subprojeto que ora se desenvolve sob o título **Variantes lexicais na toponímia portuguesa – a questão do genérico** possui alguns objetivos gerais: 1) refletir sobre os novos meios informáticos complementares à coleta tradicional em cartografia, verificando os prós e os contras de seu uso; 2) definir critérios mais ou menos gerais para a constituição de *corpora* toponímicos a partir de repertórios de topônimos e 3) rediscutir alguns conceitos úteis como *genérico*, *sintagma toponímico*, *arquétipo toponímico* e a própria questão do nome próprio em função de topônimo.

A metodologia do ATPor (e assim também a do projeto *Variantes lexicais*) é comum aos projetos de toponímia realizados no Brasil mas sem dúvida as peculiaridades locais conduzirão às adaptações necessárias (sobretudo quanto à classificação semântica dos topônimos). A coleta de topônimos, tradicionalmente realizada a partir de fontes cartográficas, foi realizada a partir de meios informáticos³ a fim de possibilitar uma análise mais detalhada do sistema toponímico português. O seguinte passo metodológico é a criação de

³ Já a partir de meu doutoramento, trabalho tematicamente relacionado ao projeto ATPor, optei pela coleta de topônimos a partir da base de dados elaborada pelo CRISE (Cartografia: Rede de Informação de Situações de Emergência), dentro do Sistema de Cartografia de Risco de Incêndio Florestal do Instituto Geográfico Português (IGEO-PT). Os topônimos relacionados no site do sistema CRISE, divididos por concelhos, são fruto de coleta a partir da cartografia (escala 1:50.000) elaborada pelo Instituto Geográfico do Exército Português (IGEOE-PT) – ou seja, a fonte é confiável, pois seria exatamente a mesma a ser utilizada na coleta tradicional. Os meios informáticos também fornecem ao pesquisador vários elementos de apoio. Um deles pode ser considerado “desambiguizador” ou eliminador de ambigüidades: os visualizadores de cartografia (como o visualizador IGEOE-PT ou o Virtual Earth, visualizador gratuito do grupo Google) permitem a visualização do topônimo *in loco*, via satélite, o que possibilita a identificação correta do acidente geográfico, em caso de dúvidas.

planilhas (utilizando o aplicativo Microsoft Excel) contendo distritos e concelhos, com os mesmos campos a constar da ficha lexicográfico-toponímica (etapa posterior). Após a criação das planilhas o passo seguinte pode ser considerado “trabalho braçal”, uma vez que o pesquisador precisa “manipular” os dados (no sentido literal de se preparar com as mãos), adequando-os ao propósito do projeto. Foi nesse momento do processo que me deparei com a necessidade de estabelecer critérios mais pontuais para a coleta, conforme se expõe a seguir, no tópico 2. O último passo é a análise dos dados, sob varias perspectivas (semântica, etimológica, dialetológica, filológica, histórica), a fim de se estabelecer um padrão motivador médio e as principais características do sistema toponímico português.

2. Notícias do (sub) projeto *Variantes lexicais na toponímia portuguesa. A questão do genérico.*

Conforme já se explicitou anteriormente, o projeto surgiu da necessidade de se demorar mais detalhadamente no quesito *critérios* quando da coleta para o ATPor, refletindo sobre alguns conceitos relacionados à simbiose *elemento genérico / topônimo*. Talvez uma coleta não informatizada não propiciasse esse tipo de indagação, uma vez que o discurso em um documento cartográfico é diferentemente apreendido pelo pesquisador.

Entende-se por genérico o elemento geográfico (de natureza física ou humana/cultural) que recebe a denominação, entrando em relação simbiótica com o nome propriamente dito ou topônimo. O termo *elemento genérico* é relativamente homogêneo em pesquisas internacionais, ao contrário do que se afirmou quanto ao *status* da toponímia (oscilante entre *disciplina* e *ciência*). Segundo o **United Nations Group of Experts on Geographical Names** (UNGEGN), em glossário multilíngue resultante de trabalhos do GT de Terminologia Toponímica (2002), o genérico é “*A common noun that describes a topographic feature in terms of its characteristics and not by its proper name.*”⁴ À estrutura que conjuga o genérico (elemento determinado) ao topônimo (elemento determinante) dá-se o nome *sintagma toponímico*. Como já apontou DICK (1990, ver página), existe uma relação simbiótica entre o elemento que recebe o nome e o nome propriamente dito. Obviamente a estrutura do sintagma toponímico varia tanto no plano sincrônico quanto no diatópico: com o passar do tempo um genérico poderá esvaziar-se de sentido e passar a integrar o topônimo (como o arábico *wad*, *água*, nos sintagmas português “rio Guadiana” e espanhol “rio Guadalquivir”, antes do século XII *Wad-al-Kabir* ou simplesmente *rio grande*), havendo a necessidade do acréscimo de novo genérico decodificável pelo falante; quanto ao plano diatópico, de acordo com a estrutura linguística de determinada língua haverá variações entre a posição do genérico no sintagma.

Explicitarei melhor o caso valendo-me de um pequeno recorte toponímico a ser aqui analisado, representado por *esteiro*, palavra presente tanto na posição de genérico quanto de topônimo. Quando representado cartograficamente, o *esteiro* (do latim *estuarium*, designando um canal pouco profundo, de fundo lodoso, que enche e alaga com a maré, situado em deltas, lagoas costeiras e outros ecossistemas aquáticos) tem idêntico traçado a qualquer curso de água, e apenas a designação conhecida como *genérico* o diferencia dos demais elementos hidrográficos. De todo modo, o toponimista se vale sempre do genérico que acompanha o topônimo na carta em que se realiza o levantamento, coletando-o junto com o nome do lugar e segmentando posteriormente os elementos do sintagma toponímico a fim de analisar cada parte em separado.

Vejamos uma reprodução do modelo de dados em que se baseia a coleta:

⁴ Na verdade são três os termos propostos pelo grupo (2002, 12, 24): elemento genérico (*the part of a toponym that consists of a generic term. (...) The generic element does not necessarily indicate the type or class of feature of the item named.*), termo genérico (a definição já arrolada no corpo do texto principal) e falso genérico (*Generic element that does not indicate the feature class of the item named*). Além destes, o elemento específico é definido como “*the part of a toponym that does not constitute a generic term and that distinguishes it from others of the same feature class. It may include an article and/or other linguistic elements.*” Talvez por isso Dick tenha preferido marcar o genérico apenas como “termo ou elemento genérico” e o topônimo como “termo ou elemento específico”, a fim de simplificar e desambigüizar as definições.

LOCALIZAÇÃO

Concelho: **Estarreja**

Toponímia:

“clique na toponímia para cruzamento de informação”

Descrição do Tipo

<i>Nome</i>	<i>Código INE</i>	<i>XX</i>	<i>YY</i>	<i>Carta Militar</i>	<i>Tipo</i>
ESTARREJA	10802	163145	420733	163	SC
Estarreja	10802	162639	420356	163	CF
Esteiro da Aldeia	10805	156864	426284	163	CNL
Esteiro da Areia Branca	10805	156832	426449	163	CNL
Esteiro das Bulhas	10805	157374	427071	163	CNL
Esteiro de Canela	10806	161085	416713	174	RIB
Esteiro de Estarreja	10807	160457	418444	174	RIB
Esteiro de Salreu	10806	161542	417289	174	RIB
Esteiro do Amieiro	10805	156636	425621	163	CNL
Esteiro Grande	10804	161750	416591	174	REG
Esteiro Velho	10802	161382	419404	174	RIB
ESTARREJA	10802	163145	420733	163	SC
Estarreja	10802	162639	420356	163	CF
Esteiro da Aldeia	10805	156864	426284	163	CNL
Esteiro da Areia Branca	10805	156832	426449	163	CNL

Tabela 2. Reprodução parcial de conteúdo de toponímicos disponíveis para consulta no site do grupo CRISE

Este é um excerto do já referido banco de dados do sistema CRISE (IGEO-PT). A partir da página inicial de consulta (<http://scrif.igeo.pt/asp/toponim.asp>) selecionou-se propositalmente um concelho (Estarreja) cujas características geográficas são propensas à presença do elemento genérico *esteiro*. Como se percebe pela tabela 2, o campo “nome” indica o dado interpretado pelo toponimista como *sintagma toponímico* (elemento geográfico denominado + topônimo). Todos os elementos presentes na representação cartográfica aqui também estão presentes: nome propriamente dito, *longitude* (campo XX), *latitude* (campo YY) e o *tipo*, além do número da *carta militar* que serviu de base para a coleta.

O problema de ambigüidade que me conduziu a esta reflexão sobre os genéricos está presente justamente no campo *tipo*⁵, cuja sigla corresponde à determinação “oficial” do *status* do genérico. Como se pode averiguar na figura 2 nem todos os sintagmas iniciados por *esteiro* são definidos como CNL (canal): alguns recebem a definição RIB. Há nesta tabela, ainda, uma região (REG) conhecida como Esteiro Grande⁶. Contudo, basta uma breve busca pelo mesmo banco de dados para nos depararmos com uma localidade (um povoado importante) chamado Esteiro (concelho de Pampilhosa da Serra, no distrito de Coimbra). Tal constatação se estende a outros genéricos. Ou seja, nem todo elemento apresentado no campo *Nome* é um topônimo propriamente dito, pois às vezes constitui-se do sintagma toponímico integral, *genérico + topônimo*.

Resumindo e generalizando o exposto, percebe-se que um sintagma toponímico apresentado em um repertório de nomes é sujeito a ambigüidades de interpretação por parte do pesquisador por sua apresentação não trazer explícita (como ocorre na carta) sua condição de genérico, que é particularizada pelo campo *tipo*. Desse modo, o sintagma toponímico é apresentado integralmente e cabe ao pesquisador, com base no campo *tipo*, determinar se o primeiro elemento do sintagma caracteriza um genérico em sua função pura (como em Esteiro Velho, cujo tipo é RIB, depreendendo-se, deste modo, que *esteiro* é determinado pelo topônimo Velho) ou se caracteriza um genérico toponimizado (como o já mencionado exemplo do povoado Esteiro, no distrito de Coimbra).

⁵ Reproduzem-se aqui apenas os *tipos* referentes a hidrografia: BRRG = Barragem; CNL = Canal; FTE = Fonte, Chafariz; LAG = Lago, Lagoa; MAR = Oceano; PCO = Poço; PRA = Praia; R = Rio (mais de 21 a 100 km); RAP = Rápido, Queda de Água; RI = Rio Importante (com mais de 100 km); RIB = Ribeiro, Ribeira (até 5km, de 5 a 20km). Disponível em <http://scrif.igeo.pt/servicos/localiz/tipo.htm>, último acesso em 30. dez. 2009. A lista completa aí se encontra.

⁶ Este fenômeno é conhecido como *translação toponímica*: o nome da região se deriva, provavelmente, de um genérico acrescido de um determinante (*esteiro grande*), maneira ancestral de denominação. Dada a importância de um determinado elemento em uma região, é comum que o nome se espalhe e acabe por denominar uma série de outros elementos nas vizinhanças. Observe-se, por exemplo, o que acontece nas grandes cidades com monumentos ou pontos de referência muito significativos para a comunidade, tais como parques. Na cidade de São Paulo podemos verificar o fenômeno em vários topônimos, exemplificativamente, Ibirapuera: *parque do Ibirapuera*, *bairro do Ibirapuera*, *avenida Ibirapuera*, *shopping Ibirapuera*, etc.

3. O recorte de pesquisa: hidrografia.

Este é apenas um recorte escolhido para ilustrar o método e o tratamento que se vem dando ao *corpus* na tentativa de elaboração de critérios metodológicos. Na verdade, no ato da coleta generalizada (ou seja, 155.947 topônimos, como se apontou na tabela 1), anterior ao tratamento dos dados, já é possível observar que não apenas existem interessantes variações lexicais no tangente ao genérico no campo da hidrografia, recorte que ora abordamos. Também chama a atenção a variação lexical entre genéricos referentes ao campo da orografia, em termos físicos. Quanto aos genéricos referentes a aglomerados humanos também se observa a mesma variação ao longo do território. O fato de determinadas lexias serem características de algumas regiões portuguesas é relevante, uma vez que poderão, no futuro e quando devidamente articuladas, evidenciar traços dialetológicos presentes tanto no elemento denominado quanto no topônimo.

Finalmente chegando ao tópico central deste artigo, os genéricos referentes a acidentes hídricos, expõem-se inicialmente alguns números e dados que justificam um novo recorte. Em primeiro lugar, do ponto de vista semântico seria lógico considerar todos os elementos do campo hídrico como parte deste recorte: rios, ribeiras, ribeirões, lagos, lagoas, fontes, etc. Dada a grande quantidade de dados coletados e o objetivo de ter um apanhado geral de Portugal Continental como um todo, decidiu-se realizar este primeiro estudo apenas com os sintagmas toponímicos caracterizados como tipo RIB, assim definidos pelo próprio CRISE: “*RIB: ribeiro (até 5km) / ribeira (de 5 a 20 km)*”. Ou seja, o que caracteriza o tipo RIB não são o volume da massa de água, profundidade ou demais particularidades que podem ser depreendidas de uma análise do campo semântico, mas unicamente a extensão do curso de água. É interessante observar, contudo, que são definidos como RIB genéricos como *fonte, poço, rega, regueiro, canal*, entre muitos outros. Isso significa que o ponto de vista quanto ao genérico apresentado no banco de dados realmente não poderá ser utilizado pelo toponimista a fim de realizar a análise semântica e que a segmentação do sintagma toponímico que ora se realiza é imprescindível.

Após uma análise quantitativa inicial detectou-se 10.918 ocorrências de topônimos identificados pelo tipo RIB caracterizados por uma diversidade semântica bem expressiva ⁷. Bastava saber, após uma análise inicial, se realmente havia uma frequência maior de determinado genérico em certas regiões portuguesas.

O método para se chegar à análise seguinte foi a feitura de uma planilha no programa Microsoft Excel para sistematizar e quantificar os dados, além de possibilitar a visualização da distribuição dos genéricos do ponto de vista diatópico. Os dados foram dispostos por distrito e concelho a concelho (eixo horizontal), cruzando-se na vertical com os genéricos ou variantes lexicais, primeiros elementos dos sintagmas toponímicos. Note-se que neste primeiro recorte não se incluem as toponimizacões de elemento geográfico ⁸, pois não era o propósito no momento.

Foi com alguma surpresa que se observou a variedade de lexias definidas pelo tipo RIB, ainda que algumas não correspondam exatamente, do ponto de vista semântico, a um curso de água. Eis as lexias levantadas: (água) *levada, açude, água, águas, albufeira, alverca, azenha, barranca/barranco* (e outros do mesmo campo léxico semântico como *barrancão, barrancões, barranquinho*), *barroca/barroco* (e os derivados *barroqueira* e *barroquinhas*), *bica, boca, brejo, cabanca/cabanco* (e as variantes *cavanca/cavanco*), *canada, canal, chabouco, corga/corgo* (e também as formas *córrega / córrego*), *cova /covão, esteiro, fontão, fonte, lameiras, mina, nascente, nora, pego, poço, presa, queda de água, rega, regadia, regata, regatão, regato, rego, regos, regueira, regueiras, regueiro, regueirão, ribeira* (também constam as formas *ribeirada, ribeiral, ribeirão, ribeirinha*), *ribeiro* (e os diminutivos *ribeirinho* e *ribeirito*), *rio, sumidouro, vala, vale, valeiro, valinho, várzea*.

Essa grande variedade de lexias será analisada oportunamente, durante etapas posteriores do projeto. Pode-se levantar, contudo, uma hipótese inicial a partir das análises quantitativas realizadas até agora: a elevada frequência de alguns genéricos em determinados distritos provavelmente será acompanhada nas toponimizacões do elemento geográfico. Este dado nos permitirá uma análise em nível sincrônico, ao mesmo tempo em que uma análise cronológica vertical ou diacrônica será possibilitada pela presença de outros elementos, como os arcaísmos morfológicos na toponímia (cf. Carvalinhos, 2000, 2007), sobretudo na assimilação do genérico pelo topônimo, quando do seu esvaziamento semântico.

⁷ Escolheu-se o termo “diversidade semântica” porque além dos genéricos comumente relacionados dentre os hidrônimos mais freqüentes (córrego, rio, ribeira, ribeiro, etc.) a coleta revelou genéricos que, em primeira análise, não fazem parte do campo semântico “água”, como *vale, barranco* ou *azinha*, ainda que se possa encontrar uma relação com o elemento aquoso. Detectar os motivos dessas denominações será um dos passos posteriores deste projeto.

⁸ Toponimizacões do elemento geográfico ou *false generic*, como sugere o UNGENG. Cf. nota 4.

A última etapa desta análise tratará alguns casos pontuais relevantes do ponto de vista da frequência concentrada em determinados distritos ou, por outro lado, por sua distribuição homogênea em todo o território continental. Observe-se o fato de a análise ser apenas quantitativa, inicial e parcial, o que não reflete nenhuma consideração final sobre o tema – apontará, seguramente, uma tendência a ser verificada e confirmada (ou não) em outros campos semânticos e léxico-semânticos.

Os objetivos do projeto **Variantes Lexicais na toponímia portuguesa. A questão do genérico** são pontuais, a fim de que seus resultados (um ponto de vista parcial) sejam incorporados à macro-análise proposta pelo “projeto-mãe” Atlas Toponímico de Portugal. Portanto, neste momento inicial de consecução do subprojeto não se verificará fatores como tempo de denominação, filiação linguística, morfologia e taxionomias (motivação semântica – padrão denominador), exceto em casos pontuais e exemplificativamente.

Segue-se, agora, uma análise quantitativa e parcial de alguns genéricos que se enquadram nos aspectos anteriormente descritos.

4. Análise quantitativa pontual: os genéricos *ribeira/ribeiro*, *barroca/barroco/barranco*, *corga/corgo*, *cova/covão*.

Sabe-se que em uma estatística a ausência de valores diz tanto quanto a presença deles, cabendo ao pesquisador interpretar as lacunas. No caso dos genéricos relativos à hidrografia o toponimista deverá, sem dúvida, dar relevo tanto aos elementos geográficos dispersos homoganeamente por todo o território quanto àqueles que se mostrem isoladamente em algumas áreas. Autores-base para interpretação, em análises futuras, são variados: Meredith F. BURRILL, WFH NICOLAISEN, ZELINSKY e outros autores que discutiram, no passado, a problemática do genérico (década de 50) nos Estados Unidos; na Europa destacam-se as produções da escola de Barcelona e, obviamente, as francesas. Dentre os estudos mais atuais citam-se as produções de terminologia toponímica com fins à normatização nomenclatural desenvolvida por vários *experts* ligados aos grupos de trabalho da Divisão de Estatística da ONU, dentro do já mencionado *United Nations Group of Experts on Geographical Names* (UNGEGN)

Cabe lembrar o leitor que a importância e o interesse do estudo dos elementos componentes de um sintagma toponímico – inclusive do genérico – não são exclusivos dos lingüistas, mas há pesquisas sobre o tema entre geógrafos, cartógrafos, antropólogos, historiadores, publicitários, cientistas sociais, etc. Em termos da linguística note-se que os estudos do genérico, em grande parte das vezes, estão diretamente direcionados a estudos dialetológicos e servem de auxiliar ao pesquisador para o traçado de isoglossas. A ocorrência de termos em determinado local e sua ausência em outros poderá denotar vários fatores (migração de povos, línguas em contato, etc.), como afirma Robert C. WEST (1954, 63), “(...) *European geographers and historians have long employed place names as aids in tracing human migrations and even in reconstructing the former vegetation cover certain areas*”, completando seu pensamento, mais adiante (1954, 64), com a afirmação sobre a importância de se olhar o genérico sob a perspectiva de um geógrafo, complementando, assim, a visão da linguística: “*It is hoped that such an investigation may reveal the value of the geographic treatment of generic terms as an aid to the study of imprints left on the cultural landscape by movements of ethnic groups.*”, vinculando, assim, a importância do estudo do genérico como ferramenta de análise etnolinguística.

Como se trata de uma análise inicial que apenas apontará um dado observado, seria prematuro interpretá-lo e nos conduziria, talvez, a conclusões parciais e precipitadas, que talvez não condissessem com a realidade. Passemos, portanto, aos dados observados e às nossas conclusões sobre os fatos.

De uma maneira geral, o par *ribeira / ribeiro* está disperso por todo o território português e apresenta uma frequência bastante equilibrada nos distritos continentais. Segundo o dito anteriormente, a distinção entre os dois tipos de genérico é a extensão – a *ribeira* é mais extensa que o segundo. Do ponto de vista semântico há uma distinção entre as duas formas, ambas provindas do latim *ripa*⁹(como em *ripa fluminis*, segundo Vasconcelos). A forma *ribeira* é mais antiga, derivando do latim vulgar *riparia* que, por sua vez, provém de *ripa*. **Ripariu(m)*, contudo, forma da qual deriva *ribeiro*, é medieval. Haverá, entre as duas formas, uma questão de tamanho que ainda não conseguimos delimitar bem. Como supõe FERNÁNDEZ GONZÁLEZ (2008, 4-5),

⁹ Um termo que aparece bastante em áreas como hidrologia florestal é *riparia*, referindo-se a zonas ripárias como “termo relacionado ao espaço próximo ao corpo da água em bacias hidrográficas”. Segundo KOBAYAMA (2003), “o termo zona ripária é mais adequado para chamar esse espaço. Então, a zona ripária é definida como um espaço tridimensional que contém vegetação, solo e rio.”

do latín *ripa* deriva *riparia* ‘ribeira’. Non obstante, o *riparius* masculino preciso para ‘ribeiro’ non existía no latín clásico co significado de ribeira. O *riparium* de ribeiro é palabra do latín medieval e ten, creo eu, unha connotación de tamaño con respecto á forma feminina ribeira, igual ca cesta/cesto, leira/leiro ou poza/pozo, **correspondéndolle nestes casos ó masculino o tamaño maior.** (grifo meu)

A tabela 3 mostra a distribución dos genéricos *ribeira/ribeiro* no territorio portugués continental:

DISTRITOS	<i>ribeiro</i>	<i>ribeira</i>	Total
Aveiro	69	91	160
Beja	85	247	332
Braga	153	137	290
Bragança	470	461	931
Castelo Branco	569	406	975
Coimbra	90	246	336
Évora	400	358	758
Faro	52	236	288
Guarda	249	361	610
Leiria	80	174	254
Lisboa	58	165	223
Portalegre	337	394	731
Porto	44	87	131
Santarém	149	357	506
Setúbal	37	91	128
Viana do Castelo	99	68	167
Vila Real	277	160	437
Viseu	147	205	352
Total	3365	4244	7609

Tabela 3. Quantificação dos genéricos *ribeiro* / *ribeira* em Portugal Continental

Consideramos a distribución homogênea. Obviamente que as propias condicións naturais se reflicten nos totais (distritos ao norte são cortados por mais cursos de água que os sulinos, em primeira instância). Como se pode observar, boa parte dos genéricos relativos à água corrente em Portugal Continental é representada pelas denominações *ribeiro* e *ribeira*: 7.609 de um total de 10.918, ou seja, exatamente 70%. O total também aponta que os genéricos em minoria indicarão as variantes lexicais presentes (isoladamente) em determinados distritos, impactando, em futuras análises, também em variantes presentes em topônimos (arcaísmos; regionalismos).

O segundo grupo de genéricos que ora quantificamos é uma tríade composta por *barroca* / *barroco* / *barranco*. Já se percebe aqui, no ato da coleta, uma frequência maior absoluta nos distritos centrais e na região alentejana, com ausência em algumas regiões. Um ponto de interesse a se tratar quando da análise qualitativa é o motivo do emprego das denominações em caráter metonímico, uma vez que sincronicamente (em entradas dicionarizadas) as três palavras remetem ao terreno erodido por enxurradas mas não apontam, necessariamente, a presença de água. A região alentejana é bastante seca, o que nos levaria à hipótese de cursos intermitentes, dado que verificaremos oportunamente. Os três genéricos encontram-se assim distribuídos:

Distritos Genéricos	Aveiro	Beja	Braga	Bragança	Castelo Branco	Coimbra	Évora	Faro	Guarda	Leiria	Lisboa	Portalegre	Porto	Santarém	Setúbal	Viana do Castelo	Vila Real	Viseu
	barranco	-	928	-	2	7	5	69	702	1	5	-	12	-	1	35	-	-
barroca	-	-	-	-	179	190	-	-	100	4	-	20	-	3	-	-	-	1
barroco	-	-	1	-	2	16	1	-	2	-	-	7	-	2	-	-	-	-

Tabela 4. Distribuição dos genéricos *barranco*, *barroco* e *barroca*

Há ausência absoluta de qualquer um dos três genéricos nos seguintes distritos: Aveiro, Lisboa, Porto, Viana do Castelo e Vila Real. As maiores frequências estão, como se percebe, nos distritos de Beja e Faro (Algarve, ao sul). Também regiões alentejanas e próximas ao Alentejo apresentam frequências representativas: Castelo Branco, Coimbra, Évora, Guarda e Portalegre. Contudo, há de se observar que a região central (de Coimbra) e alentejana (Castelo Branco) concentra a forma *barroca*, enquanto as duas outras formas em questão, *barroco* e *barranco*, são mais frequentes nos distritos ao sul (Faro e Beja). Já o par *corgo/corga* não apresenta uma uniformidade de distribuição: a forma *corga* é mais freqüente em distritos do norte (Vila Real e Viana do Castelo), enquanto a forma *corgo* aparece com maior frequência no distrito de Beja, ao Sul:

Distritos \ Genéricos	Distritos																	
	Aveiro	Beja	Braga	Bragança	Castelo Branco	Coimbra	Évora	Faro	Guarda	Leiria	Lisboa	Portalegre	Porto	Santarém	Setúbal	Viana do Castelo	Vila Real	Viseu
corgo	-	184	11	-	-	-	-	39	1	-	-	-	-	-	5	1	33	14
corga	13	1	15	1	16	-	-	-	1	-	-	-	-	6	-	50	69	6

Tabela 5. Distribuição dos genéricos *corgo* e *corga*

A região central (Coimbra, Santarém e Leiria) apresenta uma especificidade: a forma *cova* (e derivados como *covão*) está registrada como genérico hídrico, tipo RIB. É a única região do país que apresenta essa forma:

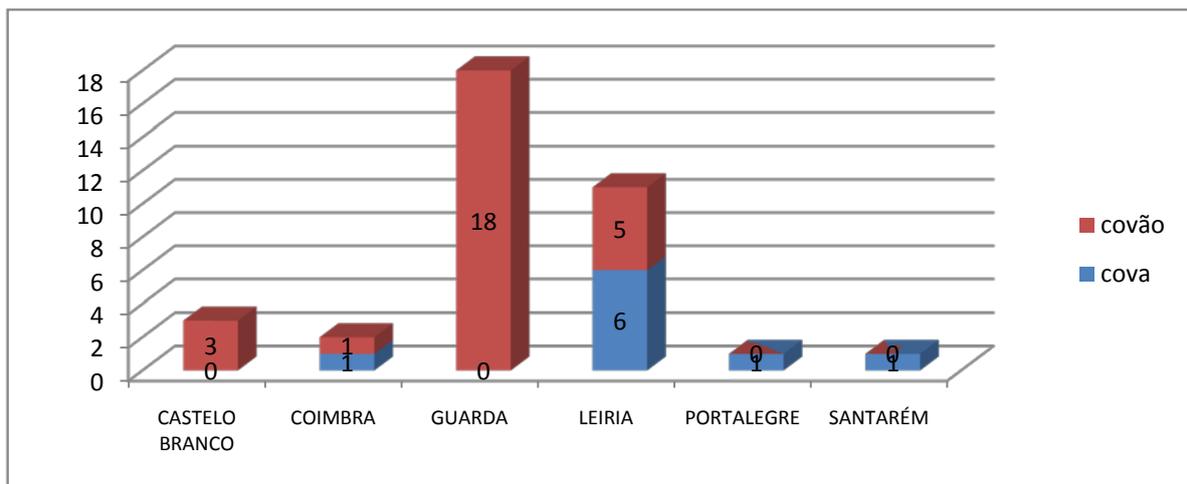


Gráfico 1. Dados agrupados: comparação dos genéricos *cova* e *covão* (distribuição)

Sobre as formas aqui apresentadas fazem-se necessárias algumas palavras. O caso *barroca/barroco/barranco* apresentará aspectos relevantes. O primeiro dado que uma pesquisa rápida em dicionários (sincrônicos) revela é haver duas formas correlatas, *barroca* (ô) e *barroca* (ó), caracterizando paronímia ou homonímia, sendo a primeira forma definida como feminino de *barroco*. Descartando a acepção literária, as três formas apontam entradas cujas acepções estão mais relacionadas a características topográficas que a cursos de água propriamente ditos, conforme o exposto na tabela 6:

• DEFINIÇÕES DOS GENÉRICOS <i>BARROCA</i> , <i>BARROCO</i> , <i>BARRANCO</i> EM DICIONÁRIOS (SINCRONIA)					
barroca		barroco		barranco	
(1)	(2)	(1)	(2)	(1)	(2)
barroca (ô) 1. Pequena porção de terreno, geralmente em declive e	barroca (ó) 1. Escavação natural causada por erosões, enxurradas ou chuvas	1. Pérola irregular. 2. Nome de várias pedras preciosas. 3.	Definição exclusiva: movimento artístico, exceto pela definição	1. Ravina, barroca. (...) 3. Precipício. Ravina s. f. (francês <i>ravine</i>)	Margem alta e íngreme de rio ou estrada; barranca; ribanceira. 2. Grande buraco

composto alternadamente de depressões e montículos. 2. Barranco.	torrenciais; barranco. (...) 5. Lus. Passagem funda e irregular entre penedos ou escarpas.	Penedo pequeno e irregular. 4. Cova; barranco. (,,)	que originou o termo, "Pérola de superfície irregular"	1. Torrente de água pluvial que se precipita de lugar elevado; enxurro.	decorrente de erosão, enxurrada, garimpagem etc 3. Vale ou encosta íngremes; abismo (...)
--	--	---	--	---	---

Somente uma investigação oral junto a informantes confirmará a pronúncia barroca (ô). Por outro lado, as três formas (*barroca/barroco/barranco*) apontam uma acepção relativa ao solo, como já se disse. Em algumas das acepções nota-se a presença da água como motivo de erosão, o que poderá ter conduzido ao significado atual. Ainda que a cartografia registre como cursos de água, caberá a verificação do fato.

Quanto ao par *corga/corgo*, reproduzo aqui minhas próprias palavras em artigo publicado em 2008:

Tanto Aulete quanto Hollanda concordam que *córrego* é um *sulco aberto por águas correntes*; para Cunha, *córrego*, derivado de *correr*, aparece incorporando o sentido de "riacho" no século XVI, procedendo do latim **corrugus*. Para Pinho Leal (*apud* COSTA, 1959), há uma especificação ainda maior no sentido, já que "*córrego ou corgo no antigo português significa ribeiro ou regato que corre profundo entre penedias ou pelas quebradas das serras.*"

Corgo, no Brasil, ocorre como quase como variante diastrática (o metaplasmo, neste caso, é característico dos falares caipiras), aparecendo pouco como genérico; em Portugal, *corgo* e derivados (*corgo, corga*, plurais e diminutivos) aparecem como topônimos e, em proporção elevada, como genéricos. CARVALHINHOS, 2008:183.

Já o último par apresentado, *cova/covão*, seguirá talvez a tendência metonímica apontada em *barroca/barroco*. Sua ocorrência praticamente exclusiva no distrito de Leiria é de se notar. Os *Inquéritos* de Paiva Boléo não deixarão de ser úteis para esclarecer o uso das lexias apontadas.

Conclusões

As tabelas e os gráficos aqui apresentados apenas têm a intenção de demonstrar numérica e visualmente como as frequências e ausências de genéricos em determinadas regiões podem servir de alerta ao toponimista e de ponto de partida para uma investigação dialetológico-toponímica. Neste primeiro momento os dados nos levam a observar uma tendência de concentração de certos genéricos em algumas regiões de Portugal Continental, conforme se visualiza no mapa a seguir:

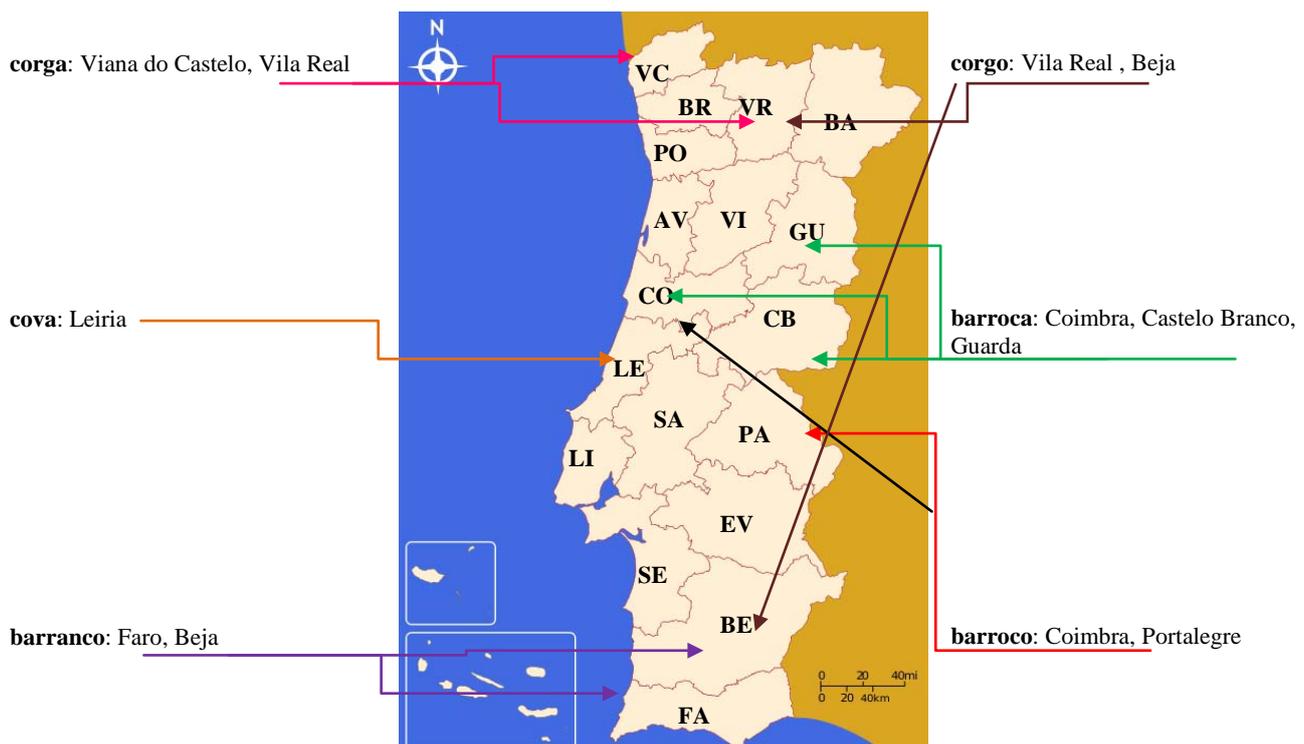


Figura 1. Mapa dos distritos portugueses (continente): Aveiro (AV), Beja (BE), Braga (BR), Bragança (BA), Castelo Branco (CB), Coimbra (CO), Évora (EV), Faro (FA), Guarda (GU), Leiria (LE), Lisboa (LI), Portalegre (PA), Porto (PO), Santarém (SA), Setúbal (SE), Viana do Castelo (VC), Vila Real (VR), Viseu (VI)

Esta pequena mostra pretende alertar o toponimista para o estabelecimento de critérios confiáveis para coleta e tratamento do *corpus*, a fim de unificar projetos similares referentes à toponímia de Portugal. Além disso, evidencia a necessidade de se observar a representação utilizada para coleta de *corpus* tanto do ponto de vista linguístico quanto da visão do cartógrafo e de órgãos oficiais, uma vez que denominações podem ser classificadas por critérios não semânticos, conforme se demonstrou neste estudo. No caso particular dos genéricos aqui abordados, relativos à hidrografia (*ribeira, ribeiro, corga, corgo, barroca, barroco, barranco*, etc.), que fique muito clara a opção do tratamento da frequência apenas para demonstrar como vem sendo analisado o material para refletir-se sobre critérios, conceitos e teoria em geral, não representando, absolutamente, a totalidade coletada e analisada, assim como estas palavras representam mais um encerramento deste escrito que uma conclusão propriamente dita.

O projeto **Variantes Lexicais na Toponímia Portuguesa: a questão do genérico** segue com a análise dos hidrônimos e tem como próximos passos: 1) análise de outros campos semânticos do mundo físico (em andamento); 2) análise de campos semânticos do mundo cultural (em andamento); 3) cotejo entre o material já obtido com obras de especialidade e terminologia geográfica; e 4) verificação da ocorrência de fenômenos de toponimização do elemento geográfico.

Referências bibliográficas

CARVALHINHOS, Patricia J. Variantes lexicais na toponímia portuguesa: os elementos genéricos (entidades geográficas) denominados . Estudo de caso: diferenças terminológicas entre português do Brasil e português europeu. In: CÍRCULO FLUMINENSE DE ESTUDOS FILOLÓGICOS E LINGUÍSTICOS. *Cadernos do CNLF - Léxico e Semântica*, Rio de Janeiro, Cifefil, 2007, 177 a 194.

DICK, M.V.P.A. *Toponímia e Antroponímia do Brasil. Coletânea de Estudos*. 2. Ed. São Paulo, Serviço Gráfico da FFLCH, 1990.

FERNÁNDEZ GONZÁLEZ, Frutos. O ribeiro como nome: mito e historia. *O ribadaviense na istoria*, nº12, pp. 4-5, 2008.

INSTITUTO GEOGRÁFICO PORTUGUÊS. Rede de Informação de Situações de Emergência. Grupo CRISE. Pesquisa de toponímias. Disponível em <http://scrif.igeo.pt/asp/toponim.asp>. Acesso em 30. jan. 2010.

KOBIYAMA, M. Conceitos de zona ripária e seus aspectos geobiohidrológicos. Seminário de Hidrologia Florestal: Zonas Ripária, *Anais*, Florianópolis, UFSC/PPGEA, 2003. P.1-13.

UNITED NATIONS. DEPARTMENT OF ECONOMIC AND SOCIAL AFFAIRS/ STATISTICS DIVISION. UNITED NATIONS GROUP OF EXPERTS ON GEOGRAPHICAL NAMES (UNGEGN). *Glossary of Terms for the Standardization of Geographical Names*, New York, 2002. Disponível em <http://unstats.un.org/unsd/geoinfo/glossary.pdf>, acesso em 30. jan. 2010.

WEST, Robert C. The term 'bayou' in the United States: a study in the geography of place names. *Annals of the Association of American Geographers*, Vol. 44, No. 1, 1954, pp. 63-74.